

ARTIGO

VIVÊNCIAS DE INOSPITALIDADE NA TRAJETÓRIA DE UM DESLOCADO DE GUERRA DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO PÚBLICO

SENIA REGINA BASTOS

Doutora em História pela Pontifícia Católica de São Paulo (PUC/SP),
Professora da Universidade Anhembi Morumbi,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9978-1836>

RESUMO: Diferentes fundos documentais são requeridos para a compreensão das vivências migratórias na sociedade de recepção. Contextualizada no pós Segunda Guerra Mundial, a proposta problematiza a potencialidade dos fundos documentais da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo ao recuperar a trajetória de um deslocado de guerra de origem russa ingressante no Brasil como apátrida em 1947. Dotados de fragmentos de vidas singulares, esses acervos compreendem descrições dos expedientes para sobreviver à inospitalidade e possibilitam o questionamento acerca das sucessivas “crises” de hospitalidade da sociedade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Inospitalidade. Arquivo. Deslocado de guerra. Refugiado. Imigração.

EXPERIENCES OF INHOSPITALITY IN THE TRAJECTORY OF A POST SECOND WORLD WAR DISPLACED PERSON IN PUBLIC ARCHIVE DOCUMENTS

ABSTRACT: Different documentary sources are required to understand migratory experiences in the receiving society. Contextualized in the post Second World War period, the article problematizes the potential of the documentary sources of the Immigrant Inn of São Paulo and the State Department of Political and Social Order of the State of São Paulo by recovering the trajectory of a displaced person of Russian origin who entered Brazil as a stateless person in 1947. Equipped with fragments of singular lives, these collections include descriptions of the strategies to survive inhospitality and make it possible to question the successive “crises” of hospitality in human society.

KEYWORDS: Inhospitality. Archives. Displaced person. Refugee. Immigration.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v80p219-241>

Recebido em: 31/07/2024

Aprovado em: 14/11/2024



Vidas singulares dos deslocados de guerra: à guisa de introdução

A compreensão do contexto de vinda do estrangeiro, as condições materiais enfrentadas ao chegar e o acolhimento vivenciado na sociedade de recepção constituem aspectos fundamentais para os estudos migratórios. Acrescenta-se a dinâmica por ele enfrentada em solo brasileiro ao preservar sua cultura de origem (a fim de se distinguir do nacional e de outros grupos imigrantes) e atestar sua lealdade ao país de recepção (Ruseishvili, 2016). Os estudos migratórios não se restringem aos dados demográficos; incorrem na dinâmica da circulação de ideias, aspectos morais, religiosos, artísticos, formas de curar e de se alimentar, enfim, de práticas e vivências além de objetos materiais (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 23).

Sayad (1998) define o imigrante como uma força de trabalho provisória, cuja estadia tolerada pela sociedade de recepção é passível de ser revogada a qualquer momento. Conclui: “ser imigrante e desempregado é um paradoxo. [...] ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho” (Sayad, *op.cit.*, p. 55).

Influenciado por Mauss (2001), Sayad (*op. cit.*) considera o processo migratório como um “fenômeno social completo”, desencadeador de influências sociais, psicológicas, estéticas, jurídicas, econômicas, políticas e religiosas, além de gerar categorias sociais que os restringem e simplificam, tais como emigrante, imigrante, migrante, exilado, refugiado e deslocado. Trata-se de um sujeito em mobilidade contínua, tanto para retornar ao país de origem quanto para reemigrar em uma nova direção (Ruseishvili, *op. cit.*).

O artigo estabelece um diálogo a partir de diferentes pistas destinadas à compreensão da trajetória de um deslocado da Segunda Guerra Mundial em São Paulo, no contexto de abertura de ingresso de estrangeiros no Brasil em 1946. Por ocasião da solicitação de ingresso, o deslocado de guerra foi submetido a diversos inquéritos destinados a analisar sua origem e situação individual. Tais dados permitem ao Estado inferir como poderiam influenciar sua trajetória na sociedade de recepção em virtude da nacionalidade, idioma, profissão, escolaridade, religião e saúde (Attoubi, 2023).

Contextualizada no pós-Segunda Guerra Mundial e revestida de princípios humanitários, o interesse no ingresso de deslocados de guerra é

considerado como oportunidade para o desenvolvimento do Brasil, quer como mão de obra especializada para a indústria, quer para a agricultura. Nesse sentido, não deveria acarretar ônus em virtude de uma eventual tendência dos ingressantes ao parasitismo. Para tanto, a seleção de profissionais aptos a contribuir com a nação seguia critério rigoroso, iniciada ainda na Europa, nos campos de refugiados ou de internamento, ou assim se pretendia (Paiva, 2011; Bastos; Salles, 2014).

Considerada como uma categoria jurídica, a atribuição do termo estrangeiro, àquele que não é natural de determinado território, transmite a ideia implícita de alteridade, segundo Green (2002 apud Ruseishvili, *op. cit.*). Desconhecido e sem referências, a figura do estrangeiro é permeada pela ambiguidade: seria ele um trabalhador ou um vagabundo corrompido pelo vício e destituído de integridade moral (Benveniste, 1995; Gibson, 2003; Roman e Tomiche, 2011)?

À essa ambiguidade que envolve a figura do estrangeiro, desencadeia-se a falta de acolhimento, a interposição de barreiras, o tratamento hostil e a exclusão na sociedade de recepção. Presente de forma velada nas políticas de imigração e no controle de fronteiras, essa inospitalidade fundamenta tanto a negativa de entrada e acolhimento de estrangeiros em um território quanto a expulsão, recondução à fronteira e proibição judicial do território. Consideradas como medidas legais e administrativas, essas práticas são usadas para controlar e restringir a presença de estrangeiros, muitas vezes de maneira violenta e desumana (Fichet, 2003).

Situado no contexto da Segunda Guerra Mundial, o artigo centra-se na trajetória do deslocado de guerra apátrida de origem russa, Anton Pinkas, nas sociedades de origem e de recepção. A valorização da singularidade desse sujeito histórico constitui um recurso importante para a compreensão da complexidade do grupo do qual é um representante, do período histórico em que se insere e dos territórios por onde circulou e se estabeleceu, tanto na Europa, quanto no Brasil.

Como pontua Levi (2015), trata-se de formular problematizações gerais a partir de evidências relativas aos processos de acolhimento e integração de refugiados em contextos específicos, possibilitadas pela documentação analisada. Nesse sentido, a trajetória do deslocado de guerra Anton Pinkas nos permite questionar como diferentes sociedades e momentos históricos

afetam os processos de recepção de deslocados de guerra. Além disso, como os efeitos psicológicos do deslocamento e da experiência de guerra influenciam a adaptação e a construção de novos laços sociais na sociedade de recepção?

O texto tematiza a importância de uma análise crítica do contexto e dos critérios de preservação dos arquivos (Azoulay, 2017). Examina os documentos relacionados à trajetória dos deslocados de guerra no Brasil, com foco nas coleções da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops), ambas sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Daesp), ao se deter na trajetória de Anton Pinkas. Para tanto, operou o cruzamento de dados de diferentes documentos: currículos vitae, fichas de identificação, registros pessoais e processos interpostos pelo Deops/SP.

A análise desses documentos atesta a mudança na condição de apátrida de Anton Pinkas, que, ao obter autorização para o reassentamento no Brasil, adquiriu o status de refugiado. Por sua vez, o processo interposto pelo Deops, decorrente de uma denúncia feita à Polícia Política contra Pinkas, revela que ele utilizava uma falsa identidade, sendo, na verdade, o cidadão russo Piotro Kvetkin.

Tanto a obtenção de identidades falsas quanto de documentos falsos ou adulterados constituía uma estratégia adotada, no contexto da Segunda Guerra, para facilitar a saída da Europa (Carneiro, 2009; Barbosa, 2009). Conhecida pelas autoridades brasileiras, essa prática levou o Estado paulista a intensificar o controle policial para monitorar, reprimir e expulsar seus portadores. Essa ameaça recaiu sobre o cidadão russo, cuja trajetória, marcada por situações de inospitalidade, é detalhada no artigo.

Documento de arquivo e a pesquisa sobre deslocados de guerra

Distintos acervos possibilitam acompanhar a trajetória dos deslocados de guerra no Brasil. As coleções dos arquivos resultam de sucessivos procedimentos (intervenções técnicas) destinados à sua constituição e ordenamento, realizados por arquivistas com esporádico apoio dos consulentes (usuários). Parte desses procedimentos compreende

classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos (Cunha, 2004).

Há que se observar, no entanto, que os acervos documentais requerem análises críticas sobre o contexto de sua constituição, dos critérios de preservação documental, no que inclui a seleção, organização, classificação e disponibilização à consulta; da legislação que fundamenta a produção da documentação ali custodiada, além da instituição que o acolhe. A esse conjunto soma-se a abordagem individual de cada documento ali preservado, mediante a identificação de quem produziu, o contexto no qual se inscreve sua origem, o motivo e as condições de sua preservação.

Azoulay (2017) pontua a polissemia do conceito hegeliano de *Aufhebung* relativo ao trabalho de arquivo, cuja tradução para a língua inglesa *sublation* confere-lhe tanto o sentido de preservação quanto o de cancelamento. Tal sentido torna o arquivo capaz de abranger tudo o que existe no mundo; todavia, além da guarda e preservação de documentos, o arquivo também os seleciona e oculta em razão de seu alinhamento com políticas de esquecimento de determinado contexto político ou ideológico. O acervo disponibilizado ao público é objeto dessa política, o que envolve relações de poder definidoras tanto sobre o que será acessível, preservado e exposto, quanto sobre quem poderá consultá-lo e quando (Azoulay, *op. cit.*, 2024).

Essa política equipara o arquivo a um depósito do tempo passado, destina-se a reduzir a ameaça que ele representa ao poder e à lei e o relega à escrita da história (Azoulay, *op. cit.*). Por vezes dotado de dimensão pública, o arquivo possui sistemas de classificação e de ordenamento alinhados às especificidades de seu acervo, tornado compreensível e acessível por meio de mecanismos diversos, tais como bancos de dados, guias de consulta e de busca.

O arquivo desperta emoções desencadeadas pela rememoração de experiências pessoais, familiares ou de acontecimentos que originam identificação, nostalgia, comiseração, empatia, culpa, vergonha, horror, raiva e revolta. Mas o que procurar em um arquivo?

Ao responder a esse questionamento, Azoulay (*op. cit.*) chama a atenção para a importância do arquivo como detentor de evidências sobre situações vivenciadas no tempo presente, resultante de circunstâncias forjadas no passado, mas perpetuadas indefinidamente e que são capazes de serem

reveladas pelos documentos ali preservados. Mobilizados pela curiosidade, suspeita ou mesmo pelo desafio de desvendá-lo, o interesse no compartilhamento e publicização do arquivo possibilita, de acordo com essa autora, a história potencial. Trata-se de compreender o arquivo de forma compartilhada para o desvendar, recompor, reabilitar e entender como “elemento ativo do presente”, a ponto de manter o passado incompleto.

Azoulay (*op. cit.*) propõe a destruição do arquivo como uma instituição de preservação do passado, enquanto sua proposta aponta para a renovação do olhar sobre seu acervo, acervo esse pertencente a um mundo compartilhado, o que favorece diferentes formas de decodificação de leituras.

O acervo documental que fundamenta esta pesquisa antecede o ingresso dos deslocados de guerra no Brasil. Para viabilizar esse processo, um corpo legislativo começou a ser produzido em âmbito internacional. Organismos internacionais foram criados com o propósito de direcionar mais de 1 milhão de pessoas que, ao final da Segunda Guerra Mundial, não se encontravam em seus locais de origem e estavam provisoriamente alojadas nos campos de internamento, de concentração ou nas ruínas de áreas bombardeadas na Europa (Shephard, 2010).

O principal conjunto documental relativo aos deslocados de guerra direcionados a São Paulo foi mantido, originalmente, na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, onde funcionavam os setores responsáveis pela recepção, triagem e direcionamento a postos de trabalho dos migrantes internacionais e nacionais. Parte dessa documentação, referente ao recorte temporal analisado, é constituída por currículos vitae, fichas de identificação e livros de registro contendo informações pessoais desses sujeitos e seus acompanhantes (Paiva, *op. cit.*; Bastos; Salles, *op. cit.*). Esse acervo documental foi transferido para o Daesp em 2010/2011, onde também se localizam os processos interpostos aos estrangeiros pelo Serviço Especial de Vigilância do Deops/SP.

O procedimento de análise buscou cruzar os registros estudados em todas as etapas: desde a busca dos registros dos deslocados da Segunda Guerra até os documentos produzidos pelos responsáveis pela seleção nos campos de internamento na Europa, e aos processos interpostos aos estrangeiros pelo Deops/SP. O contexto da produção dessa documentação inclui a retomada da imigração, viabilizada pela sanção do Decreto-Lei n. 7.967

de 18/09/1945, que preservou o sistema restritivo de cotas ao estabelecer um limite anual de ingresso de cada nacionalidade para o país de 2% do total que havia entrado entre 1884 e 1934, conforme o artigo 121 da Constituição de 1934 (Koifman, 2012; Bastos; Salles, *op. cit.*).

Movimentos populacionais não espontâneos e a trajetória de Anton Pinkas

Movimentos populacionais não espontâneos, desencadeados por contextos de opressão, perseguição e desastres naturais, caracterizam a sociedade humana. A ausência da proteção do país de origem, acrescida do impedimento de a ele retornar em razão de ameaça à preservação da vida, tem o desenraizamento como uma de suas consequências.

A falta da proteção nacional de um outro país requereu a existência de um dispositivo de proteção internacional de caráter global, capaz de atender a essa demanda. Razão da criação de organismos internacionais de apoio às populações que não gozavam da proteção do país de origem.

Contextos de violência e de expulsão, que desencadeiam a necessidade de proteção, não são exclusivos aos séculos XX e XXI. Andrade (2006) pontua a formação dos Estados-Nação na Europa, a dissolução de grandes impérios e a consolidação de novos países na Europa Oriental e na região dos Balcãs, além da dissolução dos antigos impérios coloniais do pós-Segunda Guerra Mundial, como fatores responsáveis pela origem de grandes fluxos de refugiados, iniciados no século XV e que se estenderam até o século XXI.

A expulsão dos judeus da Espanha em 1492 constitui um exemplo de formação de Estado-Nação desencadeador de um grande número de refugiados na Europa Ocidental. Andrade (*op. cit.*) atribui ao processo de europeização e à unidade religiosa, valorizados como bases da formação do Estado, fatores decisivos para a expulsão de cerca de 2% da população espanhola à época (entre 120 e 150 mil judeus) que não se “dispôs” a ser assimilada. O autor também atribui à centralização e formação do Estado nacional na França a gradativa perda de direitos dos Huguenotes, até sua extinção em 1645, como responsáveis pela fuga de cerca de 200 mil Huguenotes no século XVII.

A consolidação do poder dos novos países constituídos na Europa Oriental e na região dos Balcãs, fundamentada em unidades culturais e políticas homogêneas, desencadeou fluxo de refugiados motivados por questões religiosas, políticas ou étnicas. A título de exemplificação, Andrade (*op. cit.*) menciona a formação da Turquia em 1923, que resultou na saída de refugiados de diferentes grupos étnicos. Os refugiados do novo Estado Soviético, por sua vez, caracterizavam-se pela oposição política ao regime instituído após a Revolução de 1917, que colocou fim ao Império anterior.

Andrade (*op. cit.*) considera que a aposta na homogeneidade política, religiosa e étnica, base das tentativas de criação de novos Estados nos antigos impérios coloniais após a Segunda Guerra Mundial, também foi responsável pela geração de grandes fluxos de refugiados na década de 1940, como no caso do Paquistão (8 milhões de pessoas em direção à Índia) e da Índia (7 milhões de muçulmanos em direção ao Paquistão). Nas décadas de 1960 e 1970, por sua vez, esses fluxos de refugiados resultaram da “descolonização e independência de novos Estados não industrializados” (Andrade, *op. cit.*, p. lx).

Religião e aspectos ideológicos (geradores de oposição política) desencadearam perseguições e geraram fluxos de refugiados, mas a esses aspectos acrescentam-se processos sociais e históricos que não devem ser desconsiderados nas análises. Azoulay (*op. cit.*) propõe uma abordagem que justaponha diferentes temporalidades e contextos para a compreender elementos de permanência que análises compartimentadas (isoladas) e restritas a um único objeto ou período acabam por invisibilizar.

A guerra mundial de caráter global constitui exemplo de evento de caráter único e específico gerador de grandes fluxos de refugiados, como o caso analisado. Mas outras modalidades de conflitos armados constituem fatores geradores da necessidade de fuga, tais como conflitos locais decorrentes de tentativas de golpe de Estado, guerra civil ou revolução. Contextos de perseguição ou repressão, além de crescente tensão resultante de conflitos ideológicos, somam-se à lista de fatores já enunciados.

Azoulay (*op. cit.*) acentua a importância de análises que viabilizem críticas a aspectos subjacentes aos fatores usualmente considerados. Ela considera relevante aproximar a formação do Estado-Nação espanhol e a expulsão dos judeus em 1492, ao contexto da causa palestina, para compreender a ausência de responsabilização por crimes e desastres

decorrentes da violência da imposição imperial. A autora questiona qual é o princípio de diferenciabilidade capaz de gerar “grupos privilegiados em meio aos quais vivem grupos expropriados e oprimidos” (Azoulay, *op. cit.*, p. 63). Acrescento: qual é o princípio de diferenciabilidade capaz de gerar cidadãos em meio aos quais vivem apátridas e refugiados?

O surgimento da categoria “refugiado” encontra-se associado às características do fluxo emigratório desencadeado pela Revolução Russa de 1917 e pela formação do Estado Soviético. A concepção de cidadania, que exclui o refugiado da plena efetivação de direitos nos moldes do Estado-Nação moderno, confere-lhe uma qualificação negativa (Ruseishvili, *op. cit.*).

Como categoria de migrante sem vínculo com o Estado-Nação, o refugiado encontra-se em uma condição marginal, sendo equivalente a um desamparado, um indesejável “desenraizado em relação ao seu Estado de origem, à Nação receptora ou à própria condição humana” (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 37).

Inicialmente, o refugiado era entendido como o “indivíduo privado da proteção jurídica de seu país de origem”; esse enquadramento jurídico define um “status especial assegurado pelos organismos internacionais” no contexto europeu. Na sociedade de recepção, porém, o refugiado era, por vezes, visto como um imigrante e considerado força de trabalho (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 41).

A criação do Comissário Maior para os Refugiados, posteriormente Alto Comissariado para os Refugiados, ocorreu em 1921, no contexto do fluxo de russos após a Revolução Russa e a constituição do Estado Socialista. Em 1938, foi instituído o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, cujas responsabilidades passaram a ser compartilhadas com a Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução (UNRRA – *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*). Ambas as organizações foram substituídas em 1947 pela Organização Internacional para os Refugiados (IRO – *International Refugee Organization*), sucedida em 1952 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

Essas organizações consideraram como deslocado de guerra a população civil removida ou deportada compulsoriamente de forma involuntária, sem que originalmente possuísse a intenção de abandonar sua casa ou seu país, em grande parte “desenraizada pelos nazistas” e destinada ao “trabalho escravo” (Andrade, 2005; Ruseishvili, *op. cit.*).

Essa conotação como “força produtiva capacitada” para o trabalho foi estrategicamente adotada como mensagem de apresentação do deslocado pelas organizações internacionais, com o objetivo de estimular os países ultramarinos a aceitá-los.

Constituídos por grupos heterogêneos, os refugiados soviéticos da Segunda Guerra foram considerados um dos grupos mais numerosos, incluindo uma parcela de origem militar, composta por soldados soviéticos que foram prisioneiros de guerra ou detidos em campos de concentração nazistas, bem como “colaboracionistas e os desertores que lutaram ao lado ou colaboraram com a Alemanha”, sendo estes últimos motivados pelo propósito de obter a “independência do domínio comunista” (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 77).

Mas como classificar Anton Pinkas? Seria ele um deslocado ou refugiado? Apesar de ingressar como apátrida e contar com o apoio da IRO, a documentação do Deops revelou ter servido “ao exército alemão” como “Comissário de Polícia”. Consta de seu depoimento que em 1941:

[...] foi levado pelos soldados alemães que lutavam contra os exércitos russos na última guerra mundial para Takandrov, na Ucrânia, ali permanecendo cerca de uns 8 meses; que em setembro de 1942 o declarante voltou para Rostov, sua terra natal, de onde em 1943 retirou-se com sua família novamente para Takandrov; que em o ano de 1944, ainda com sua mulher, o declarante foi para a Polônia, depois para a Bielorrússia, depois para a Itália e, finda a Segunda Guerra Mundial, para a Áustria, onde veio a conhecer o russo de nome Anton Pinkas, de quem conseguiu com dinheiro e algumas joias os documentos de identidade do referido Anton Pinkas, sendo certo que o declarante já em posse dos documentos de Anton Pinkas jogou fora em uma estrada os seus próprios documentos de identidade; que assim agindo passou desde então a usar o nome de Anton Pinkas (Prontuário n. 092070).

Esse relato ilustra o deslocamento de um cidadão russo por diferentes territórios em um curto período, durante uma guerra de proporções mundiais: Rússia, Ucrânia, Polônia, Bielorrússia, Itália e, ao final do conflito, à Áustria.

Ao final da guerra, a OIR contabilizou 875 mil refugiados e deslocados de guerra na Europa, aos quais se acrescentaram “150 mil russos do pós-Primeira Guerra e 30 mil russos já radicados na Europa desde os anos 1920” (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 77).

Considerados como passíveis de retornar ao país de origem, os deslocados russos que não manifestavam tal interesse passaram a adotar práticas para evitar o repatriamento, tais como a fuga dos acampamentos de internamento, a queima de documentos pessoais ou até mesmo o suicídio (Ruseishvili, *op. cit.*). O bloco de países socialistas, por sua vez, especialmente aqueles que compunham a URSS, pressionava os organismos internacionais a repatriarem os deslocados originários desses territórios, mesmo que de forma não voluntária.

A declaração de Anton Pinkas de que havia sido “levado pelos soldados alemães que lutavam contra os exércitos russos” para Takandrov, na Ucrânia, em 1941, e de que atuou como Comissário de Polícia na cidade de Tchaupir, “situada cerca de 18 quilômetros abaixo de Rostov”, além de ter servido “junto ao exército alemão”, o enquadra no grupo de um milhão de europeus orientais composto por bálticos, russos brancos, poloneses e ucranianos (Prontuário n. 092070). Para escapar do regime soviético e do comunismo, possibilitados pelo afrouxamento das fronteiras geográficas e simbólicas desencadeado pelo conflito armado, esse grupo colaborou com o governo alemão e se juntou às tropas alemãs, hesitando ou recusando-se a ser repatriado após o final da guerra (Andrade, *op. cit.*; Ruseishvili, *op. cit.*).

No total, os deslocados de guerra enquadravam-se em cinco diferentes grupos: além do grupo já citado, o menor era formado por judeus que sobreviveram ao Holocausto; um grupo numericamente expressivo era composto por pessoas que fugiram do exército alemão, “em sua maioria cidadãos soviéticos” (15 milhões); outro grupo incluía “trabalhadores recrutados à força pelos alemães nos territórios ocupados” (8 milhões); havia ainda o grupo dos *Volksdeutsche* e *Reichsdeutsche*, “que viviam nos territórios ocupados da Europa Oriental antes da guerra” e se deslocaram em direção à Europa Ocidental, sendo-lhes negada a condição jurídica de refugiado, seja por serem alemães, seja por viverem na Alemanha (Andrade, *op. cit.*, p. lxi).

Para acolher os refugiados, a concepção dos campos de internamento fundamentou-se “na ideia de estabelecer um território neutro, sem influência nem proteção de qualquer Estado nacional”, desprovido de identidade ou de significado histórico ou afetivo para aqueles que ali seriam acolhidos, mas que eram considerados indesejáveis (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 75). Considerando a perenidade de sua existência e a longa permanência do refugiado nesses

espaços, muitos campos passaram a ser equipados com escolas e hospitais. Observou-se também uma alteração na concepção do refugiado, que passou a ser entendido como uma pessoa desenraizada, sem a proteção de seu país natal ou de qualquer outro país, e que, por isso, requer proteção internacional (Andrade, *op. cit.*).

Em 1947, existiam 762 centros de acolhida de deslocados na Alemanha, sob supervisão da Unrra (1943-1947), organismo responsável pelo repatriamento dos deslocados de guerra, que antecedeu a IRO. As dificuldades para precisar as pessoas que poderiam permanecer nesses centros são apontadas por Andrade (*op. cit.*). Inicialmente, o organismo não dispunha de critérios objetivos e precisos para estabelecer parâmetros de avaliação sobre quem se enquadrava na definição de refugiado. Tal ausência de critérios permitia que solicitantes com pedidos negados em um dos centros se dirigissem a outros e fossem admitidos, em virtude das respostas evasivas fornecidas aos oficiais de elegibilidade ao serem questionados “sobre os motivos pelos quais não desejavam retornar aos seus países de origem” (Andrade, *op. cit.*, p. lxxii). Acrescenta-se ainda a indisponibilidade, incompletude ou falsificação de documentos de identidade dos residentes desses centros. Foi justamente o porte de documentos de identificação falsos que levou à denúncia e apresentação de Anton Pinkas ao Deops/SP.

Desconhece-se o momento em que Pinkas se direcionou a um dos centros de acolhida para requerer o reassentamento. De acordo com Andrade (*op. cit.*, p. lxxiv), “o programa de determinação de elegibilidade de todos os deslocados de guerra que se encontravam nos centros de acolhida em território alemão estava praticamente concluído em fins de 1946”. Apesar disso, a demanda de ingresso era dinâmica, visto que novas solicitações de admissão eram realizadas por deslocados que não viviam na Alemanha ou na Áustria. Nessa ocasião, dos 700 mil deslocados residentes nesses centros, 60 mil identificaram-se como apátridas, como foi o caso de Pinkas, e tiveram a elegibilidade definida até 1947, ano da substituição da Unrra pela Comissão Preparatória da Organização Internacional dos Refugiados (Cpoir).

A origem do apátrida está associada ao estabelecimento de critérios sobre quem é considerado nacional e, portanto, cidadão, o que define, conseqüentemente, quem não pode assumir esse status em razão da

insuficiência de requisitos mínimos para ostentá-lo e que, por isso, pode ter sua pertença à nação questionada (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 37).

Baseado em seu depoimento ao Deops/SP, infere-se que Anton Pinkas alegou que o fato de ter se aliado e colaborado com os alemães inviabilizava seu retorno à União Soviética, o que colocaria em risco sua vida e a de sua família (esposa e filha). Além do temor, acrescenta-se ainda sua discordância com o regime político vigente (contrária ao comunismo), o que provavelmente o enquadraria no quesito “fundado temor de perseguição” previsto na definição de refugiado (Andrade, *op. cit.*; Moreira, 2006).

Pinkas dominava a terminologia capaz de torná-lo elegível à assistência da IRO, a ponto de evitar o seu repatriamento: apresentou-se como apátrida e alegou motivos políticos para não regressar à União Soviética, argumentos previstos na Constituição da IRO para considerá-lo apto ao reassentamento. Cabe considerar, no entanto, que o temor de punição por parte do país de origem não constituía um argumento válido como critério de elegibilidade (Andrade, *op. cit.*).

Os relatos apresentados pelos pleiteantes à elegibilidade não requeriam comprovação empírica (Andrade, *op. cit.*), o que provavelmente exigiu de Pinkas uma *performance* capaz de convencer o entrevistador e assegurar sua elegibilidade e, conseqüentemente, a autorização para seu reassentamento e de sua esposa e filha.

De acordo com seu relato ao Deops/SP, Pinkas havia deixado o território por discordar do regime político vigente durante a guerra, demonstrando apoio ao exército alemão, com o qual lutara “subterraneamente contra os russos comunistas”. Esse posicionamento inviabilizava seu retorno ou mesmo sua adaptação às condições políticas então existentes naquele contexto (Prontuário n. 092070).

Essa política de elegibilidade adotada pela IRO foi alvo de oposição e protesto por parte da União Soviética, que considerava como criminosos “todos os seus nacionais que tivessem colaborado com os inimigos, independentemente das razões que tivessem motivado tal colaboração” (Andrade, *op. cit.*, p. lxxviii). Nesse sentido, a colaboração de Pinkas com o exército alemão fazia com que ele fosse considerado criminoso pelo governo soviético, justificando e fundamentando sua decisão de demandar reassentamento junto às agências internacionais de apoio.

Política imigratória no Brasil e a vida singular de Pietro Kvetkin

A inospitalidade é compreendida como falta ou negação de acolhimento e hospitalidade, onde estrangeiros ou viajantes, em vez de serem recebidos com abertura e generosidade, enfrentam barreiras, exclusão e tratamento hostil na sociedade de recepção. Essa inospitalidade é exacerbada pelas políticas de imigração e controle de fronteiras, que frequentemente negam a entrada e o acolhimento de estrangeiros (Fichet, 2003).

A inospitalidade será mobilizada diante do aumento do número de refugiados que buscam ingresso no Brasil, em decorrência da ascensão do totalitarismo e do antissemitismo na Europa, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Esse período, caracterizado por um nacionalismo exacerbado e por políticas de modernização autoritária, resultou em uma legislação imigratória brasileira, nas décadas de 1930 e início de 1940, de caráter restritivo, refletindo influências eugênicas e um preconceito antijudaico. Somados ao antissemitismo e à xenofobia prevalentes na política brasileira, esses fatores desencadearam um forte controle sobre a entrada de imigrantes e refugiados (Koifman, *op. cit.*; Bastos; Salles; Bueno, 2014).

Muitos refugiados enfrentaram desafios significativos ao tentar entrar no Brasil. A obtenção de vistos permanentes era propositalmente dificultada, levando muitos a ingressarem com vistos temporários ou de turista, que posteriormente tentavam converter em permanentes. Essa prática comum era uma resposta às restrições rígidas impostas pelas autoridades brasileiras, viabilizada por meio da promulgação de legislação imigratória, além de avisos e circulares secretas destinadas a orientar as embaixadas e consulados do Brasil no exterior. Os refugiados frequentemente enfrentavam o risco de deportação caso não conseguissem regularizar sua situação (Koifman, *op. cit.*; Bastos; Salles; Bueno, *op. cit.*).

O desenvolvimento da industrialização e a expansão agrícola no Brasil criaram uma demanda por trabalhadores qualificados. Isso levou ao incentivo da imigração de indivíduos que pudessem contribuir economicamente, com preferência por aqueles com experiência em indústrias e tecnologias modernas. Esse foco na mão de obra qualificada influenciou os acordos de imigração e a seleção dos refugiados aceitos no país após o fim da Segunda

Guerra Mundial, viabilizados pelo Decreto-Lei 7.967, de 1945, que visava reorganizar a política imigratória para favorecer a imigração capaz de contribuir para o progresso do país, embora ainda mantendo a preferência por imigrantes de ascendência europeia (Paiva, 2009; Bastos; Salles, *op. cit.*).

A seleção dos refugiados russos pautou-se em uma abordagem rigorosa que combinava critérios econômicos e de segurança, visando atender às necessidades do mercado de trabalho interno e evitar a entrada de elementos considerados "indesejáveis" do ponto de vista étnico e político (Ruseishvili, *op. cit.*). Mas quais teriam sido os critérios para identificar o apátrida? Seriam unicamente os dados relativos à profissão?

A redefinição de fronteiras entre o ex-Império Russo e o ex-Império Austro-Húngaro, que caracterizou o período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, tornou o registro de imigrantes de nacionalidade russa como pertencentes a outros Estados. A questão de identificação da nacionalidade agravou-se em relação aos refugiados e deslocados da Segunda Guerra Mundial, registrados como apátridas nos documentos oficiais por não possuírem qualquer nacionalidade (Ruseishvili, *op. cit.*). Esse fator pode ter determinado o registro como apátrida nos documentos que garantiram a legibilidade ao reassentamento e viabilizaram a seleção de Anton Pinkas para ingresso no Brasil.

Anton Pinkas foi admitido na Hospedaria da Ilha das Flores em 01/09/1947. Consta em sua Ficha de Identificação, relativa à recepção na Hospedaria do Campo Limpo, que ele recebeu o apoio da IRO e embarcou no navio *Gal. Heintzelman*. Declarado apátrida, Pinkas era natural de Temopoy, Rússia, nascido em 27/06/1913, chefe de família, casado e tinha a carpintaria como profissão. Desse documento, é possível extrair que ele se dirigiu ao Brasil acompanhado por sua esposa, Anna Pinkas, e sua filha, Maria, e que concordou com uma proposta de trabalho em 26/09/1947 como carpinteiro da empresa Cia. CIMA S.A. – Companhia Industrial Mercantil e Agrícola Indiana – E.F.S., localizada na cidade de Indiana/SP. Outro registro de emprego, menos de 30 dias depois, em 25/10/1947, como mecânico na Companhia Brasileira de Mineração, em São Caetano do Sul, evidencia a dinâmica da oferta de trabalho destinada aos refugiados na Hospedaria (Pos2war).

Na declaração prestada ao Serviço Especial de Vigilância em 25/03/1953, foi constrangido a revelar sua verdadeira identidade. Apresentou-se como

Piotro Kvetkin, de 39 anos, casado, de nacionalidade russa, natural de Rostov, mecânico de profissão, de religião ortodoxa e residente em Indianópolis, na cidade de São Paulo. Nascido em 22/02/1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, possuía instrução primária, media 1,70 metro, tinha cútis branca e cabelos, sobrancelhas e olhos castanhos. Casado com uma mulher de nacionalidade russa, tinha três filhas, duas menores e uma maior de idade. Ele afirmava acreditar que sua primeira esposa havia sido morta em Takandrov, na Rússia, e que sua atual esposa, que conheceu enquanto fugia da Rússia, também havia deixado o país (Prontuário n. 092070).

Tendo como destino São Paulo, Anton e Anna Pinkas foram alojados temporariamente na Hospedaria de Imigrantes do Campo Limpo, e a saída deles desse local estava condicionada à comprovação de vínculo empregatício com uma empresa. Esse foi o caso, pois a ficha registra duas propostas aceitas: a da Cia. CIMA S.A. – Companhia Industrial Mercantil e Agrícola Indiana – E.F.S., localizada na cidade de Indiana/SP, e outra da Companhia Brasileira de Mineração, em São Caetano do Sul (Pos2war).

São Paulo recebeu fluxos significativos de imigrantes russos nos anos iniciais da década de 1920, no final da década de 1940 (deslocados da Segunda Guerra Mundial) e ao longo da década de 1950 (provenientes da China), período em que se observa uma postura repressiva do Estado em relação aos imigrantes, conforme Ruseishvili (*op. cit.*).

Sendo um país territorialmente complexo e multiétnico, o Estado russo era imperialista, o que motivava a identificação da comunidade residente no Brasil a se identificar com sua etnia e território de origem, demarcando, assim, seu “pertencimento ao mundo social russo” (Ruseishvili, *op. cit.*, p. 44).

O prontuário de Piotro Kvetkin revela os bairros onde residiu ao longo de seis anos desde sua chegada a São Paulo: Hospedaria do Campo Limpo, Vila Bela, Vila Alpina, São Caetano, Pedreira (Santo Amaro) e Indianópolis (Prontuário n. 092070). Essas localidades indicam que ele não se interessou pela oferta de emprego da empresa localizada na região Oeste do Estado e optou por aquela em São Caetano do Sul, onde residia um expressivo contingente de pessoas originárias do Leste europeu, incluindo russos provenientes do antigo Império Russo, concentrados ali desde as décadas de 1920 e 1930. O município passava por um processo de transformação

econômica que o levou a se tornar um centro industrial a partir da segunda metade do século XX (Ruseishvili, *op. cit.*).

Novos loteamentos residenciais nos bairros de Vila Alpina e Vila Bela, próximos entre si, expressavam a vitalidade dessa região e atraíam os recém-chegados. Indianópolis, por sua vez, localizada na região suburbana de Santo Amaro, encontrava-se em processo de integração ao tecido urbano de São Paulo. Esses bairros tinham em comum a oferta de terrenos e casas que podiam ser alugados ou adquiridos a preços razoáveis (Ruseishvili, *op. cit.*).

A documentação individual gerada pelo Estado, sobretudo pelo Deops/SP, evidencia as dificuldades enfrentadas por A. Pinkas/P. Kvetkin na sociedade de recepção, inferidas pelos sucessivos locais de moradia e por sua declaração de que se encontrava desempregado após dedicar-se à pescaria na região de Pedreira, onde outros estrangeiros também residiam e exerciam a mesma atividade econômica (Prontuário n. 092070).

Dois desses estrangeiros, de acordo com Pietro Kvetkin, residentes em Pedreira, nas proximidades da represa da Light, haviam adotado o mesmo expediente que ele, ou seja, ingressaram no país com “falsos papéis de identidade”: Ilija Bondarenko, cujo nome verdadeiro era Riacheu Bondarenko, natural de Rostov, Rússia, operário, chefe de família, casado com Anastazia, que também o acompanhou ao Brasil, tendo ingressado no país em 25/08/1948; e Petrov Pavel, cujo nome verdadeiro era Omomotov Petrov, sobre o qual não foram encontrados outros esclarecimentos (Prontuário n. 092070).

O cotidiano do estrangeiro em um novo país é pautado pela desconfiança, segundo Sayad (*op. cit.*). Sucessivas provações, muitas vezes humilhantes, são requeridas e revelam a desconfiança que recai sobre eles, exigindo a verificação constante de documentos de identidade, registro de estadia, de domicílio e de trabalho. No caso em questão, essa prática era agravada pelo contexto político em que estava inserido; ou seja, a provação cotidiana para atestar que sua presença era regular e atendia à legislação era intensificada por sua origem étnica russa.

Essa origem talvez justifique a reiteração de sua oposição ao regime comunista em diferentes momentos de seu depoimento: “o declarante resolveu fugir da Rússia por ser contrário ao regime lá imperante, podendo afirmar que sua família foi exterminada pela polícia russa”. Ele afirma e reafirma que “lutou muito contra os comunistas” na Rússia, pontua ser

“contrário ao regime comunista imperante na Rússia Soviética” e acentua ser “totalmente contrário ao regime comunista russo, pois tem em sua lembrança os seus familiares exterminados na Rússia pelo fato do declarante ser anti-comunista” (Prontuário n. 092070).

Os papéis com os quais ingressara no Brasil, fornecidos pela IRO, facultaram seu ingresso no Brasil “em nome de Anton Pinkas” e a obtenção da carteira modelo 19 n. 1.185.910 e do Registro Geral de Estrangeiros n. 283.352. A carteira foi apreendida na ocasião de seu depoimento, realizado em 08/03/1953, quando foi classificado como alienígena pelo Serviço Especial de Vigilância (Prontuário n. 092070).

O desenrolar dessa trajetória após o depoimento prestado ao Deops/SP permanece desconhecido devido à indisponibilidade de fontes documentais. Os documentos analisados, entretanto, revelam sua sagacidade em superar as dificuldades enfrentadas para sobreviver como opositor ao regime soviético. Ele aproveitou as circunstâncias do conflito armado para abandonar a Rússia e compreendeu a importância de dominar a terminologia adotada pelos organismos responsáveis pelo reassentamento dos deslocados de guerra, evitando, assim, a repatriação após o final da Segunda Guerra Mundial. Um eventual repatriamento colocaria em risco sua sobrevivência no território soviético, em virtude de sua declarada oposição ao comunismo e de seu apoio às tropas alemãs durante a guerra.

Essa vida singular é marcada por contextos de violência e hostilidade no território soviético, como o assassinato de sua família e esposa; de resistência e senso de oportunidade ao fugir de um regime político com o qual não concordava e ao adquirir documentos de identificação para reivindicar a condição de apátrida e o reassentamento como refugiado. Também evidencia a inospitalidade entre os refugiados, seja pela denúncia de que foi objeto ao Deops/SP, por ter ingressado no Brasil com identidade falsa, seja pela denúncia que ele próprio realizou, pelo mesmo motivo, contra dois refugiados que ele conhecera na região de Pedreira.

Conclusão

Políticas de esquecimento e seleção de documentos históricos de arquivos, viabilizam a preservação da memória de certos eventos e sujeitos, enquanto outros são deliberadamente ocultados. Nesse sentido, a maneira como os documentos são catalogados e disponibilizados ao público também podem instituir a inospitalidade, ao torná-los inacessíveis (Fichet, *op. cit.*).

A inospitalidade que permeia a trajetória de Anton Pinkas/Piotro Kvetkin, revelada por meio de documentos da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e do Deops/SP, exemplifica as dificuldades enfrentadas pelos deslocados de guerra do pós-Segunda Guerra Mundial. A análise desses registros destaca não apenas os desafios vivenciados por esses indivíduos ao buscarem uma nova vida em terras estrangeiras, mas também a resiliência e a sagacidade necessárias para se tornar elegível ao reassentamento, navegar pelas rigorosas políticas de imigração e sobreviver nos adversos contextos sociopolíticos.

Após vivenciar o limiar da morte durante a guerra, Piotro Kvetkin experienciou a tensão da consciência de sua precariedade com a finalização do conflito bélico e a crescente pressão pelo retorno ao país de origem, exigida pelo bloco soviético. Resistiu a essa exigência de retorno por meio do reassentamento em um novo país. Para tanto, viabilizou recursos e contatos para obter documentos que atestavam sua nacionalidade e se apropriou de argumentos para convencer os representantes da IRO sobre sua história e se constituir como candidato ao reassentamento.

Em seu depoimento ao Deops/SP, Piotro Kvetkin afirmou ter vivido em estado de permanente vigília, mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, devido à sua oposição ao comunismo. Seu ingresso na sociedade de recepção, por sua vez, não significou o abandono desse estado, dada a latente presença do discurso anticomunista e a possibilidade de expulsão, em decorrência da identidade falsa que adotara.

Tampouco se verificou o acolhimento na sociedade de recepção, visto que o forasteiro é exposto a diferentes provas antes de ser admitido. Ser admitido, no entanto, não implica na sua inserção social, deixando-o à margem. Trata-se de uma vida precária e incerta, marcada pela ausência do direito à cidadania, agravada pelo contexto político autoritário e pela vigência da Polícia Política do Deops/SP. Para tanto, torna-se imprescindível manter-se em vigília permanente, viver com consciência de si como forasteiro e captar

eventuais oportunidades de futuro e de recolocação, em busca de uma vivência digna.

A narrativa da vida de Anton Pinkas/Piotro Kvetkin após a chegada ao Brasil, incluindo as mudanças de residência e ocupação, em um curto período, ilustra suas lutas contínuas para estabelecer uma nova identidade em um ambiente muitas vezes hostil. Desempregado por ocasião da denúncia ao Deops/SP, sua estadia encontrava-se em desacordo com a perspectiva de permanência do imigrante em outro país, apontada por Sayad (1998), bem como com o Decreto-Lei 7.967/1945, que facultava o seu ingresso: a vinculação ao mercado de trabalho como força produtiva e contribuição econômica ao país que o recebera.

O depoimento também traz visibilidade à violência nas comunidades imigrantes, um vestígio que os acompanhou e permaneceu entre eles, sujeitando-os e definindo o presente vivido no novo país, o que reforça o estado de vigília permanente (Sharpe, 2023).

Tolerado mais do que acolhido, os documentos revelam contextos de inospitalidade decorrentes das relações de poder entre anfitriões e estrangeiros, que se manifestam nas políticas restritivas, nas medidas de controle, nas práticas institucionais e na exclusão. Essas experiências contribuem para a marginalização e desumanização dos estrangeiros, reforçando estereótipos negativos e preconceitos e afetando significativamente sua vida e dignidade (Fichet, *op.cit.*).

Por meio desses documentos, foi possível observar como a política de elegibilidade para deslocados de guerra e refugiados, embora permeada por contradições e suspeitas, forneceu uma plataforma para o ingresso no Brasil. No entanto, a inospitalidade e desconfiança, manifestadas tanto pela ausência de um programa de apoio a longo prazo para sua integração na sociedade de recepção quanto pelas verificações e desafios burocráticos, destacam as dificuldades intrínsecas enfrentadas por aqueles que foram forçados a deixar suas pátrias em busca de segurança e estabilidade.

Este estudo, ao recuperar e analisar fragmentos de vida como esses, favorece reflexões contemporâneas sobre hospitalidade e inospitalidade. Analisar e entender essas dinâmicas é essencial para abordar as crises de hospitalidade na sociedade atual, enquanto a preservação e o estudo crítico

dos arquivos são fundamentais para manter viva a memória dessas experiências e para informar futuras políticas de imigração e integração social.

Referências bibliográficas

ANDRADE, J. H. F. de. **A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas-sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 48, n. 1, p. 60–96, 2005.

ATTOUBI, I. Quelles évolutions des discriminations en France. **Hommes & Migrations**, Paris, v. 1341, n. 2, p. 158–165, 2023. Disponível em: https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=HOMI_1341_0158

AZOULAY, A. A. Archive. Political Concepts. **A critical lexicon**, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.politicalconcepts.org/archive-ariella-azoulay/>

AZOULAY, A. A. **História potencial: desaprender o imperialismo**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

BARBOSA, R. M. Utopias de um refúgio. In: CARNEIRO, M. L. T. (org.). **São Paulo metrópole das utopias**. Histórias de repressão e resistência no arquivo Deops. São Paulo: Lazuli ed./ Companhia Editora Nacional, 2009, p. 405-429.

BASTOS, S.; SALLES, M.R.R. Polish immigration to São Paulo after World War II in the context of the immigrations of displaced persons: 1947-1951 | A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos deslocados de guerra: 1947 a 1951. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000100009>

BASTOS, S.; SALLES, M. do R. R.; BUENO, M. S. Turismo e imigração: por uma política de hospitalidade no Brasil entre 1937 e 1951. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 2, p. 197–216, 2014.

BENVENISTE, É. **O vocabulário das instituições indo-européias**. Volume I - Economia, parentesco, sociedade. In: Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 87–101.

BRASIL. **Lei 7.967**, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências.

CARNEIRO, M. L. T. (org.). **São Paulo metrópole das utopias**. Histórias de repressão e resistência no arquivo Deops. São Paulo: Lazuli ed./ Companhia Editora Nacional, 2009.

CUNHA, O. M. G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, v. 10, p. 287–322, 2004.

FICHET, B. L'envers de l'hospitalité. **Revue des Sciences Sociales**, v. 31, n. 1, p. 34–37, 2003.

GIBSON, S. Accommodating strangers: British hospitality and the asylum hotel debate. **Journal for Cultural Research**, v. 7, n. 4, p. 367–386, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1479758032000165039>

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEVI, G. *et al.* Micro-história e história da imigração. VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A. *et al.* **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 246-261.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MOREIRA, J. B. **A problemática dos refugiados no mundo**: evolução do pós-guerra aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PAIVA, O. da C. Arquivos da Imigração no contexto da hospedaria de imigrantes de São Paulo. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 2, p. 82–97, 2009.

PAIVA, O. da C. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. *In*: TEIXEIRA, P.E.; BRAGA, A.M.C; BAENINGER, R. (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária, 2011, p. 167–186.

POS2WAR. **Projeto fluxos migratórios e industrialização em São Paulo** (Fapesp, 2003 a 2006). Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq)

PRONTUÁRIO n. 092070, de Anton Pinkas – Grupo Delegacia de São Paulo – Fundo DEOPS.

ROMAN, M.; TOMICHE, A. Parasitismo. Ser hóspede à custa daquele que recebe. *In*: MONTANDON, A. (org.). **O livro da hospitalidade**. São Paulo, SP: Senac SP, 2011, p. 835–854.

RUSEISHVILI, S. **Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re) formulação de identidade após a Revolução bolchevique de 1917. 2016**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2016.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SHARPE, C. **No vestígio**. Negritude e existência. São Paulo: Ubu ed., 2023.

SHEPHARD, B. **The long road home**: the aftermath of the Second World War. London: Random House, 2010.